gime florestal por decreto de 27 de Julho de 1917, a fim de a mesma ser cedida aos Serviços Centrais da Mocidade Portuguesa para instalação de uma pousada de juventude e parque de campismo.

Considerando que a alienação desta área em nada afecta o plano de povoamento florestal em curso;

Considerando o fim a que o terreno se destina e dado o parecer favorável dos serviços competentes;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É excluída do regime florestal parcial, a que foi submetida por decreto de 27 de Julho de 1917, uma parcela de terreno baldio do perímetro florestal das dumas de Mira, com uma área de cerca de 44 700 m², e restituída à administração da Câmara Municipal de Mira, a fim de ser cedida aos Serviços Centrais da Mocidade Portuguesa para instalação de uma pousada de juventude e parque de campismo.

Art. 2.º Não poderá ser abatido o arvoredo existente nesta parcela sem prévio acordo da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, que, para o efeito, elaborará um auto de marca de corte extraordinário.

Art. 3.º Todo o arvoredo que for necessário abater é entregue à Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, que lhe dará o destino conveniente.

Art. 4.º A entrega desta parcela de terreno só será efectivada depois de a Câmara Municipal de Mira proceder à sua demarcação de acordo com as instruções que receber da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

Marcello Caetano — António Manuel Gonçalves Rapazote — Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas.

Promulgado em 2 de Agosto de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Despacho

Não tendo surgido, em relação à campanha passada, qualquer razão que determine alterações tanto nos preços do figo e da aguardente de figo para álcool como nas taxas de laboração, mantenho para a campanha de 1972-1973 os valores respectivos fixados para a campanha anterior.

Em face dos rendimentos já conseguidos e verificados, não é, no entanto, de manter a tolerância do índice de rendimento que vigorava para alguns concelhos, referidos nas normas fixadas para a campanha anterior.

Desta forma integram-se os mesmos no caso geral, ao qual respeitam os termos deste despacho.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Estatuto da Administração-Geral do Alcool, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 338, de 24 de Novembro de 1966, determino, para vigorar na campanha de 1972-1973, o seguinte:

1.º O preço do figo industrial posto nas destilarias indicadas pela Administração-Geral do Alcool, isento de impurezas, com um grau de humidade normal, é fixado em 31\$80 por arroba, relativamente ao contingente de 1 650 000 arrobas.

2.º Este contingente será distribuído em função da média dos últimos dez anos das entregas para a produção de álcool de cada uma das regiões tradicionais.

3.º As quantidades de figo que excedam o contingente fixado no n.º 1 serão pagas, nas condições referidas no mesmo, ao preço de 27\$50 por arroba.

4.º São consideradas excedentárias, para efeitos do número anterior, todas as quantidades de figo provenientes da província do Algarve postas à disposição da Administração-Geral do Alcool a partir de 31 de Janeiro de 1973.

5.º Sempre que o figo apresente impurezas ou grau de humidade anormal, os preços fixados sofrerão descontos proporcionais à incidência desses factores.

6.º O preço da aguardente de figo — caso de excedentes de laboração — é de 4\$095 por litro, na base de 50°×15°, posta na fábrica de álcool.

7.º A taxa de laboração da aguardente na base de 50°×15°, posta nas rectificadoras a indicar pela Administração-Geral do Alcool, tendo em consideração o rendimento mínimo de 8,75 l por arroba de figo, é de \$46 por litro.

8.º As taxas de laboração para a indústria do álcool são de: 1\$90 por litro na base de 95,5°×15°, em relação ao álcool puro, e de 1\$83 por litro na base de 90°,5, em relação ao álcool desnaturado.

9.º As taxas a que se refere o número anterior poderão ser revistas, no decurso da campanha, se as empresas rectificadoras o solicitarem à Administração-Geral do Alcool e se os estudos efectuados com base nos elementos a fornecer pelas empresas aconselharem essa revisão.

Secretaria de Estado do Comércio, 31 de Julho de 1972. — Pelo Secretário de Estado do Comércio, *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*, Subsecretário de Estado do Comércio.